



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO PARANA

CONTRATO Nº 05/2018 - SR/PF/PR
PE 03/2018 - SR/PF/PR
Ata de Registro de Preços 29/2018

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2018,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA)
SUPERINTENDÊNCIA DE POLICIA
FEDERAL DO PARANÁ E A EMPRESA
LIDER DEDETIZADORA LTDA**

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná, com sede na rua Profª. Sandália Monzon, 210, Santa Cândida, Curitiba/PR, CEP 82640-040, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.494/0032-32, neste ato representada pelo Sr. **MAURICIO LEITE VALEIXO**, Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná/PR, no uso das atribuições delegadas para ordenar despesas, conforme Portaria nº 7.801/2018-DG/PF, de 09 de janeiro de 2018, publicada no BS 007, de 10/01/2018, Pág. 7, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **LIDER DEDETIZADORA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.487.964/0001-06, sediada na Rua Enemezio do Rosário Junior, 438, Bairro Atuba, CEP 83.408-350 - Colombo/PR, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Nilso Soares Cardoso, Sócio-Administrador, portador da Carteira de Identidade nº 4.659.917-9, expedida pela IID-PR, e CPF nº 771.240.229-91, tendo em vista o que consta no **Processo nº 08385.017602/2017-97** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5/2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 03/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa prestadora de serviço de controle de praga urbana por meio de desinsetização e desratização seguindo as condições e quantidades abaixo:

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO PARANA

Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná e Gise (Curitiba)										
Grupo	Item	Local	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Descrição / Especificação	Unid	Área Total (m²)	Valor Unit. m²	Valor p/ Serviço (1) aplicação	Valor Total (3) aplicações
1	1	SR/PF/PR	2	3	DESISETIZAÇÃO e DESRATIZAÇÃO	m²	19.512,00 m² Área Interna: 19.200,00 m² Área Externa: 312,00 m² Homologado: 58.536 m²	0,08	1.560,96	4.682,88
	2	GISE CURITIBA	2	3	DESISETIZAÇÃO e DESRATIZAÇÃO	m²	864,00 m² (área predominantemente interna) Homologado: 2.592 m²	0,09	77,76	233,28
Valores Totais (cfe. homologados):									1.638,72	4.916,16

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze meses), com início na data de **1º/06/2018** e **encerramento em 31/05/2019**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 409,68 (quatrocentos e nove reais, sessenta e oito centavos), perfazendo o valor total estimado de R\$ 4.916,16 (quatro mil, novecentos e dezesseis reais, dezesseis centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO PARANA

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:00001/200364

Fonte: 01000000000

Programa de Trabalho: 06122211220000001

Elemento de Despesa: 339039.78

PI: PF99900AG18

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SETIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO PARANA

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TECEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Curitiba/PR - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Curitiba/PR, 25 de maio de 2023.


MAURICIO LEITE VALEIXO
Secretário de Estado de Defesa Civil

Representante Legal
LIDER DEDETIZADORA LTDA
CONTRATADA

1 - Mathews & Gross



2- Andrezza R. Bueno

~~Ans 3:~~

Giovana Ireni B. de M. Fran
Agente Administrativo
Matricula 12.666
SR